

FREDERICO EDELWEISS, O Tupinólogo

Consuelo Pondé de Sena *

da Universidade Federal da Bahia

Pretendendo examinar a contribuição de Frederico Edelweiss no campo dos estudos tupinológicos, trataremos, no presente estudo, de sublinhar exclusivamente os trabalhos publicados por aquele polígrafo, deixando, para outra oportunidade, a pesquisa dos textos ainda não editados e aqueles outros que se constituem em preciosos inéditos à espera de divulgação.

Nascido no município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, a 19 de maio de 1892, Frederico Edelweiss iria, desde muito cedo, acostumar-se aos sons estranhos e guturais do idioma guarani, cujos primeiros ensinamentos lhe foram transmitidos pelo Pe. Teschauer.

Naquela antiga zona de redução jesuítica de índios guaranis, certamente, despertaria, pela primeira vez, o seu interesse pela linguística indígena sul americana.

É tempo, igualmente, de atribuir-se ao jesuíta Carlos Teschauer a grande influência que sabemos ter exercido sobre o espírito do tupinólogo Frederico Edelweiss, que lhe herdou, não apenas o pendor para os estudos linguísticos, mas igualmente a vo-

* Conferência pronunciada na Semana de Estudos Indigenistas da Universidade Federal de Pernambuco.

cação para os assuntos relacionados com a etnografia, a etnologia, os estudos históricos, particularmente os atinentes à Companhia de Jesus e aos jesuítas. (1)

Aliás, Edelweiss jamais negou essa indiscutível ascendência exercida pelo "Pai da História do Rio Grande do Sul", a quem se referia com respeitosa admiração.

Data, porém, de 1928 seu primeiro artigo impresso sobre o "Tupi" publicado no jornal A Tarde. (2) Sob epígrafe tão abrangente, o autor põe o subtítulo — Igarapé, versando o intrincado problema etimológico e dedicando-o ao grande filólogo João Ribeiro, que lhe admirava a maneira prudente e objetiva com a qual laborava o difícil campo de estudo.

Posteriormente, em 1936, publicaria o tema: "Charuto, um enigma etimológico". (3) Defendendo a etimologia brasileira do termo charuto, analisa minuciosamente a mais antiga designação do rolo de fumo, informando que seu uso já era generalizado desde meados do século XVI, embora sob a designação de cigarro.

Aliás o vocábulo, segundo o texto em apreço, teria surgido na obra "Asia", de um autor inglês T. B. cuja publicação ocorreu entre 1669/79. E, consoante afirma Edelweiss, "nela, segundo o New Oxford Dictionary, há um trecho referente aos Malabares, que diz "Fumam o seu tabaco de maneira extremamente simples, mas a meu ver, bastante original: Enro'am uma folha e, tomando entre os lábios uma das extremidades, acendem a outra."

Eles (os malabares) chamam este rolo "bunco", mas os portugueses "cherota".

Comentando, ainda, esta informação afirma: "Eis como "charuto" emerge na literatura mundial, em país distante e língua estranha. (4)

O original trabalho evidencia, assim, a constante preocupação de Edelweiss em relação aos estudos etimológicos que iria, durante toda a sua existência, constituir-se numa inequívoca vocação do seu talento de pesquisador.

Do ano de 1947, datam duas de suas importantes contribuições à tupinologia, a saber, o livro TUPIS E GUARANIS (5) e o estudo intitulado: "Algumas observações críticas à "Geografia dos Mitos Brasileiros" de "Câmara Cascudo." (6)

Sobre o primeiro, tivemos oportunidade de tecer rápido comentário em artigo publicado na imprensa, do qual destacaremos o seguinte trecho: "Contando com o instrumental indispensável à elaboração do referido estudo — a ampla bibliografia especializada de que dispunha, o respeitável tupinólogo baiano, com erudição e espírito crítico, desfez, de uma vez por todas, os lastimáveis equívocos que condicionaram a errônea denominação de Cadeira de Língua Tupi-Guarani, criada em 1933, na Universidade de São Paulo." (7)

Por outro lado, acerca do mesmo livro assim se expressa Herbert Baldus: "trata, na primeira parte, do "desenvolvimento histórico dos termos tupi e guarani", na segunda, de "dois irritantes equívocos na fonética tupi"; na terceira, de "algumas diferenças lexicológicas entre o tupi e o guarani". Sua principal conclusão é a seguinte: A língua tupi, como entidade linguística, não se confunde com a guarani". Apesar de prejudicar, às vezes, pela exaltação do tom polêmico o decôr próprio de qualquer obra científica, o autor apresentava valiosas observações e sugestões." (8)

A respeito desta obra também teve oportunidade de manifestar sua opinião o Pro. Aryon Dal'Igna Rodrigues em carta dirigida ao autor.(9)

Quanto ao segundo, sobre a "Geografia dos Mitos Brasileiros," teve como objetivo desfazer certos conceitos errôneos emitidos pelo ilustre folclorista potiguar. Se bem que contundente e, por vezes, um tanto agressiva, a análise de Edelweiss

teve apenas o intento de corrigir equívocos. Não lhe movia a intenção de menosprezar a importância do trabalho de um autor de indiscutíveis méritos, cujo nome é consagrado pela intelectualidade brasileira. Ao revés disso, constituiu-se em uma das suas arrojadas incursões no campo da crítica, tão ao gosto do seu temperamento. Declarando, mesmo, que o animava, ao elaborar o estudo, o intento de colaborar na reforma de uma obra possível de tornar-se um livro clássico no gênero, caso fosse refundido, analisa-o minuciosamente, asseverando textualmente: "Confinarei, pois, as minhas observações a ponto de etnologia brasileira, da linguística tupi e, só incidentalmente, transporei essa linha aos terrenos afins". (10)

De referência ao artigo: "A Pretensa invariabilidade dos gentílicos", de 1948, trata-se da defesa de justíssima posição assumida pelo autor em relação a assunto de tamanha relevância que, não havia ainda merecido a consideração dos especialistas brasileiros. (11)

Examinando a formação peculiar dos gentílicos e adjetivos em línguas cultas de variadas origens, Edelweiss demonstra, mais uma vez, sua erudição ao fazer considerações sobre o que ocorre em vários idiomas. Aludindo, por exemplo, à língua alemã, declara: "não oferece a facilidade da inglesa para a incorporação dos gentílicos estranhos, principalmente os oxítonos terminados em a, e, i, o, u, que nela são exóticos". (12)

Somente um autor familiarizado com vários idiomas estrangeiros poderia multiplicar tantos exemplos quantos os existentes no estudo em consideração e com tamanha fluência: Eis o que diz sobre alguns autores franceses, adeptos da invariabilidade dos gentílicos, cuja posição se lhe afigura incompreensível: "Gramaticalmente, tais autores estão fora da lei e a sua fraqueza acomodática presta-se a uma série de comentários bem desalentadores pelo muito que politicamente, se harmoniza com a época em que se processou". (13)

Por outro lado, considera: "Inteiramente justificada é a anuência parcial dos ETNÓLOGOS ITALIANOS à prática da invariabilidade dos gentílicos exóticos. No italiano, sendo invariáveis no plural os substantivos em consoante, em *i* não acentuado, e todos os oxítonos em a, e, i, o, u, a grande maioria deles, em qualquer hipótese e reduzida à forma única. Aludindo, igualmente, à nossa situação, declara categoricamente: "A posição do português é idêntica à do espanhol em face dos gentílicos. Nada existe, nas duas línguas, que autorize a sua inalterabilidade". (14)

E, acrescenta ainda enfático: "Muito louvável tem sido na defesa prática deste ponto de vista, a atitude dos etnólogos de língua CASTELHANA. Dentre eles, ao que sabemos, nenhuma figura proeminente de ascendência se afastou das praxes de sua língua materna, para submeter-se a inexequíveis fórmulas internacionais. E essa resistência ainda é, no setor, o reflexo fiel da independência e altivez que tanto impressionam nos seus povos. (15)

Comentando a posição assumida por Imbelloni, sobre a questão, afirma: "Uma figura à parte nesta controversia sobre a pluralização dos gentílicos é J. Imbelloni, da Argentina. Contrário, também ele, ao plural em *s*, distingue-se, entretanto, do grupo de imitadores baratos pelo seu critério todo pessoal. Eis as razões que o impedem de pluralizar, à castelhana, os etnônimos alienígenas:

- 1.º — porque constituíram entidades híbridas.
- 2.º — porque alguns significam gente, homens, espécies de coletivos.
- 3.º — porque diversos já são verdadeiras formas de plural na língua de origem.

Imbelloni é, antes de tudo, etnólogo; raciocina e discute os fatos de sua especialidade com tanto escrúpulo que o respeito à morfologia de línguas relativamente pouco estudadas o faz violentar a sua própria. (16) Após examinar, criteriosamente, o que ocorre nos domínios da língua portuguesa, Edelweiss conclui por declarar: "O

emprego de uma única invariável dos etnônimos exóticos justifica-se, linguisticamente, no inglês, quase sempre no alemão e, em muitos casos, também, no italiano. Não há nada que desculpe a sua introdução no português, espanhol e francês". (17)

A crítica do autor, longe de ser gratuita, arrima-se sempre nas profundas pesquisas a que se entregava o seu espírito de investigador metucloso e profundo.

Nunca se lhe esgotava, pois, a curiosidade em relação a fatos linguísticos, aos quais se voltava com particular interesse.

Por ocasião do centenário de nascimento de Teodoro Sampaio, data festivamente comemorada na Bahia, a Câmara da Cidade do Salvador reedita a mais conhecida obra do conceituado baiano — O Tupi na Geografia Nacional, (18) atribuindo a Frederico Edelweiss a árdua tarefa de anotá-la.

Certamente, nenhum dos seus estudos críticos teria então, parecido tão severo quanto os alusivos à tarefa a que nos estamos referindo, seja pelo caráter pouco combativo do nosso povo, seja pela quase conivente atitude dos nossos intelectuais em relação aos trabalhos elaborados por aqueles que adquirem notoriedade.

Aquele estudioso pertinaz, de indole combativa, todavia, antes importava aproveitar a oportunidade que lhe oferecia de emendar tudo quanto lhe parecia digno de corrigido, o que fazia contundentemente, sem rodeios, respeitada embora a autoridade do autor, que ele apreciava sinceramente.

Não lhe interessava, então, os melindres dos que se sensibilizavam com suas arrojadas observações críticas.

Aliás, vale ressaltar que, a partir daquela data, 1955, sempre se ocupou em acrescer, de notas corretivas, a obra que desejava escoimada de justificáveis enganos. A essa tarefa, pois, entregou-se até as proximidades dos seus derradeiros dias o infatigável pesquisador.

Em nota manuscrita encontrada no volume em que, pacientemente, apunha novas observações, o próprio Edelweiss assim se pronuncia: "A quarta edição, publicada pela Câmara Municipal do Salvador, em comemoração do 1.º centenário de nascimento de Teodoro Sampaio, não foi exposta à venda, destinou-se exclusivamente à distribuição, que, embora farta, nem de longe corresponde à crescente avidez dos interessados.

Uma nova tiragem não parece, assim, fora de propósito.

Nela, as notas foram parcialmente ampliadas, retificados alguns senões de várias ordens, que, pelo atropelo de última hora, não puderam ser evitados na precedente. Bastaria isto para justificar esta quinta edição, se, por outro lado, a persistente procura não estivesse a exigí-la."

Em 1957, é publicado seu primeiro estudo sobre a segunda conjugação tupi, tema que de há muito tempo despertara o seu interesse de tupinólogo, intitulando-se "Considerações em torno da 2a. conjugação tupi". (19) Sobre o mesmo registra-se a seguinte informação: nas primeiras linhas do texto, F. E. sustenta categoricamente que, embora os antigos mestres dos dialetos tupi-guaranis tenham atinado para a existência de dois sistemas conjugativos não chegaram, contudo, a definir o caráter da segunda conjugação. Deste modo, no seu entender: "Retomar o fio de tão palpitante capítulo, esmiuça-lo à luz moderna Ciência da Linguagem, cabe assim à nova fase dos estudos tupis encetada em nossas Universidades. É a ela que a exposição a seguir quer servir de despretençiosa sugestão". (20)

Já aí, em nota de pé de página anuncia o que, sobre o assunto, vai dar publicidade um ano depois.

Assim, em 1958, vem a lume o mais importante livro do nosso tupinólogo — "O Caráter da segunda conjugação tupi", cujo valor se reveste de condições especalíssimas, dada a profundidade com que é versado o tema. (21)

É sem sombra de dúvida, sem desmerecer os demais textos de sua autoria, aquele que oferece mais percuciente e inovadora abordagem.

Sobre a sua importância, assim teve o próprio autor oportunidade de referir-se, nos seguintes termos: "Desses estudos, todos ainda atuais, o mais valioso, a meu ver, é O Caráter da Conjugação Tupi, que retifica definitivamente os ensinamentos correspondentes dos velhos mestres do tupi e do guarani: Anchieta, Figueira e Restivo". (22)

A modéstia, entende-se, impediu-o de declarar que nenhum dos autores citados chegou realmente a analisar, com a penetração tão aguda como ele o fez, este problema da gramática tupi.

Verifica-se que já no pórtico da obra, sob o título: "Explicação Necessária", define Edelweiss os seus propósitos. Observa-se, então, aí que uma grande tese é posta em debate — a defesa da existência da conjugação de tipo objetivo, que compreende todos os adjetivos e cujo pronome sujeito é um possessivo puro. (23)

No decorrer desta introdução o autor, inclusive, adverte para o fato de que, não somente no idioma tupi, mas igualmente no cariri, ocorre o uso de "um misto de pronome pessoal, tanto subjetivo como oblíquo e de adjetivo possessivo, desempenhando indistintamente qualquer das três funções", a que ele denomina de possessivo pronome. Ao mesmo tempo, propõe indagações, por ele próprio posteriormente respondidas, que advertem ao leitor sobre os propósitos inquietantes do trabalho, como que antecipando o jogo dialético da sua lógica argumentação.

Desta forma, ele próprio afirma: "Haverá quem inicialmente não admita conjugação de nomes. Mas, porque, se no tupi, tal qual os verbos, tomam sufixos de tempo e modos? Ou, será proibido consignar peculiaridades e caracterizá-las, só porque as línguas indo-europeias as desconhecem? (24) Ao sustentar tal posição, Edelweiss demonstra a sua atualização frente aos estudos mais modernos da ciência da linguagem.(25)

Esta é a nossa conclusão quando refletimos sobre o que afirma: "Por outro lado, se tudo o que, a par de pronomes subjetivos, recebe índices de tempo e modo deve ser proclamado verbo, por ventura deixará o tupi de possuir a categoria dos adjetivos pelo simples fato, de, no particular, se aproximarem dos verbos". (26)

E, cada vez mais desenvolvendo o seu ponto de vista numa transparente tessitura de indiscutível argumentação, declara: "Inversamente, haverá quem ponha em dúvida a legitimidade dos nomes neo-latinos por desconhcerem a declinação. E mais, "Erigir adjetivos em verbos, porque verbalmente melhor se transladam a português, é, pelo menos, falsear a verdade. Nenhuma palavra imediatamente precedida de *xo* subjetivo está em função verbal". (27)

Vemos assim, conforme foi anteriormente ressaltado, que, na própria introdução ao trabalho, o autor antecipa as questões fundamentais desenvolvidas no curso da obra.

Permitimo-nos comentar, do supracitado livro, o capítulo intitulado: "Das categorias de palavras e do seu contato, (28) que se inicia com reflexões sobre o aspecto racional das categorias gramaticais. Referindo-se, particularmente, às interjeções, Edelweiss menciona que se constituem numa criação dos mestres latinos e que, apesar da sua importância, diferem profundamente das demais, sob diversos aspectos, destacando: "restringe-se a determinados setores da linguagem, é holofrástica, foge à morfologia e chega a violar as próprias leis fonéticas da língua a que pertence". (29)

Ressalte-se, em seguida, o cuidadoso exame a respeito da utilização do possessivo pronome, na conjugação dos nomes, com ênfase na afirmativa de que "no tupi (e poderíamos dizer com igual propriedade: na família tupi-guarani) não se conjuga

somente o verbo, mas também o nome e este tão diretamente quanto o verbo, ou seja sem interferência de conctivos.

Mas, a conjugação do nome difere da verbal no emprego do pronome.

O verbo, em seus modos de caráter legitimamente verbal, exige o uso de pronomes especiais, que chamaremos de **partículas pronominais**.

O nome pede outros pronomes e esses, além de complementar obrigatoriamente a **partícula pronominal** em certas modalidades conjugativas do verbo, preenchem ainda as funções de pronome oblíquo". (30)

Ainda aí o crítico procura chamar atenção para a existência de muitas interpretações errôneas sobre a questão, informando, inclusive, que Lucien Adam não havia entendido o duplo, sentido objetivo e subjetivo, na língua Cariri. (31)

Não se cingindo, pois, ao exame único da língua tupi, Edelweiss discorre sobre os pronomes pessoais independentes, o verbo conectivo do Cariri, estabelecendo aproximações entre aquele idioma e o tupi, no que se refere ao sistema intermediário de conjugação.

A fluência com que examina múltiplos e emaranhados problemas da gramática brasilica, a exemplo da adjetividade dos verbos intransitivos e de alguns intransitivados, os substantivos compostos adjetivados, conduz-nos a reafirmar o que temos, tanta vez, declarado — ter sido aquele Mestre o maior conhecedor do tupi antigo nos tempos atuais.

Em 1963, Edelweiss escreve: "Quirimurê — Atribulações de um topônimo" (32) e "O termo nheengatu" publicando-as na mesma revista. (33)

De referência ao primeiro artigo, cabe-nos tecer as seguintes considerações: o autor analisou a bibliografia dos cronistas seiscentistas, observando que, tanto Gabriel Soares de Souza quanto Fernão Cardim, registraram a expressão com o sentido de Bahia. (34) Lembra, ainda que no léxico tupi dos jesuítas — O Vocabulário na Língua Brasilica, ocorre a confirmação dos dois registros, aparecendo, entanto, um segundo nome, a saber, Paraguaçu. (35) Marcgrave entre os escritores antigos, alude a Quirimurê. (36) Em seguida, Edelweiss faz observações acerca da maneira como esses autores grafaram o nome, criticando-os, de per si, declarando não existir no tupi a desinência surda **re** arrematando com a afirmativa: "Na mesma linha onde se acha Quirimurê, também se lê Paraguaçu, sem o acento que sempre costumava encimar o **u** tônico final, e, verbete pedir p. ex ombreiam, em duas linhas, ajerurê com ajerere e cupe com çupê". Tais referências dizem respeito ao que consta do "Vocabulário na Língua Brasilica". (37)

Considera, outrossim, inaceitável a etimologia proposta pelo guaranílogo Batista Caetano de Almeida Nogueira. De igual modo, comenta a explicação alvitrada por Teodoro Sampaio nas três primeiras edições de O Tupi na Geografia Nacional, consignando que: "da falta de todas essas achegas resultou uma das interpretações etimológicas mais inconsistentes de T. Sampaio, e, por ironia do acaso, de um termo que lhe era particularmente caro, pelo contacto que teve com a Bahia de Todos os Santos desde que viu a luz do dia." (38)

Também manifesta surpresa ante a maneira como foi feito o comentário ao termo, na tradução da História Natural de Marcgrave, estranhando-a sobretudo, pelo fato de, àquela altura, já ter o seu anotador tomado conhecimento do Vocabulário na Língua Brasileira, tendo conseqüente, condições para não repetir os enganos cometidos pelo conhecido publicista baiano. (39)

Finalmente, Edelweiss concluiu por defender a grafia tupi, Quirimurê, nome pelo qual os tupinambás do Recôncavo se referiam à Bahia de Todos os Santos. Alude, ainda, à circunstância de este nome jamais, ter designado tribo de índios, sendo improvável qualquer relação com o termo Caramurú. (40)

Sem ter possibilidade de explicar a etimologia da palavra. Edelweiss alude à hipótese formulada por A. Levy Cardoso, "de ser a primeira parte da palavra quiry, de origem Cariba," (40) mostrando, todavia, a impossibilidade de comprovação da existência de índios caribes nesta região. (41)

Quanto ao estudo — "O termo Nheengatu", decorreu do desejo do autor em, de uma vez por todas, retificar o uso inadequado da expressão. No seu entender, somente a partir de 1850 surge a denominação com o sentido que hoje lhe emprestamos. Por essa razão, a mesma pode ser tomada como designativa dos índios de língua tupi do período colonial. Assim, pois, declara categoricamente: "O que se contesta é o uso do termo nheengatu, por qualquer autor colonial, para designar o tupi, a língua brasileira e, principalmente, que os tupis o tenham usado nesse sentido. Em contraposição, o termo nheengatu — malfalante, língua mé, era muito usado em suas referências aos índios diferentes da geral ou tupi. Era um apodo genérico. Se nhenegatu não chegou a usar-se, foi simplesmente porque todos os bemfalantes eram parentes e tinham nome, conhecido de todos, que tornavam supérflua qualquer denominação genérica, aliás rara nas línguas concretizantes da América. (42)

Atribuindo ao General Couto de Magalhães, no seu livro os Selvagens, o lançamento da expressão Nheengatu, Edelweiss aduz a incerteza do autor quanto à real significação do termo. (43)

Por outro lado, lembra o nome de Batista Caetano, amigo do autor supracitado, que, apesar disso, não confunde as duas denominações. Assim, pois, emprega o termo nheengatu, atribuindo-lhe o verdadeiro sentido restrito "nheengatu" — falar bem, boa falae, no Amazonas, língua de índio". (44)

Analisando, ainda, pormenorizadamente, registros de outros escritores, a propósito de termo, conclui por afirmar sobre a sua identidade.

"A língua geral moderna do Amazonas, um tupi completamente desnaturado em sua estrutura e que nunca foi falado, como língua própria, por qualquer tribo tupi". (45)

Eis a que inferências pode chegar a análise meticulosa de um vocábulo.

Publicado em 1967 é o artigo: "Os topônimos indígenas do Rio de Janeiro quinhentista."

A segurança com que analisa o tema, até então mal conhecido, faz deste trabalho uma das importantes contribuições à toponímia carioca.

E como se não lhe bastasse solucionar, definitivamente, vários enigmas etimológicos, Edelweiss revela, ainda, seus apreciáveis conhecimentos da etnologia nacional. Esmerando-se, além disso, na crítica bem fundamentada a tantos quantos, superficialmente, talvez por servirem-se de fonte não autorizada, fazem incursões sobre o assunto. Na realidade, como profundo conhecedor da língua brasileira, sabe discernir com firmeza o que é certo do insustentável.

Por outro lado, cabe ressaltar que somente uma plena e profunda familiaridade com o tupi poderia conceder-lhe a oportunidade de analisar exaustivamente a questão. É este, pois, sem sombra de dúvida, um dos seus mais atraentes estudos etimológicos.

Datam de 1969 as seguintes análises: "Estudos Tupis E Tupi Guaranis", (47) "Guasu e usú na diacronia das línguas e dialetos tupi-guaranis, (48) Camarajipe e Lagoa Abaité. (49)

O primeiro delas, constitui-se no último livro editado pelo Mestre da tupinologia baiana. Reune importantes estudos sobre a matéria, compondo uma importante coletânea de texto de conteúdo histórico e linguístico. O sub-título da obra — Confrontos e

Revisões denuncia o seu caráter, sendo que o Aviso Preliminar, substitutivo adotado pelo autor aos prefácios inexistentes nos seus livros, evidencia os propósitos da publicação. Ainda aqui F. E. tece considerações sobre a impropriedade em considerar-se língua tupi-guarani, cuja deficiência atribui ao desconhecimento, até 1938, do léxico tupi jesuítico, o "Vocabulário na Língua Brasileira". Sem esta obra, segundo ele, era impossível reconstruir-se, integralmente, a trajetória daquele idioma. Condena, mais uma vez, os equívocos do primeiro catedrático de Tupi de São Paulo: "ao perfilhar o indesejável termo língua tupi-guarani, um mistofório, onde mais para alívio do mestre do que do discípulo espantado, caberia tudo: o legítimo vocábulo guarani, de Montoya, a forma castiça do tupi anchietano, nivelado, em condições de igualdade, ao seu estropiado descendente nheengatu, remanejado, através do século, por bôças estranhas". (50) Aproveita-se ainda nesta nota inicial para identificar, convenientemente, o tupi original das fases de progressiva adulteração, declarando: "A primeira delas é fruto da grande miscigenação, não apenas entre índios e brancos, mas também por efeito do aldeamento conjunto de índios e de outras famílias linguísticas com tribos tupis, segundo a praxe dos jesuítas". (51)

E justificando a designação que concedeu à segunda fase de desenvolvimento da língua brasileira declara: "Apelidamos de "brasiliano" o dialeto tupi, que assim se foi formando nas populações marginais. O seu representante bibliográfico mais divulgado é o Dicionário Português e Brasileiro, que nos forneceu o nome. Reproduz o tupi falado, no correr dos anos, a segunda etapa de deterioramento. um dialeto de intercâmbio no Amazonas, por enfemismo crismado de nheengatu — língua boa! (52)

Após fazer várias observações sobre os assuntos que o motivaram a escrever este livro afirma: "Eis, portanto, o segundo complemento ao nosso "Tupis e Guaranis". A tardança deve ser levada à conta de circunstâncias adversas, que refogem ao nosso valimento". (53)

Considerando importante referir acerca do valor desta obra, transcrevemos a opinião de Lemos Barbosa em espaço que assinou na orelha do livro, anteriormente citado, do qual destacamos alguns trechos: "A obra de Frederico Edelweiss, ex-professor de Língua Tupi na Universidade da Bahia, teve como objetivo por um pouco de ordem nesse caos. Alma de historiador e analista rigoroso, o Autor percorre toda a produção "tupi" tanto impressa como manuscrita, situando-a no tempo e no espaço.

E vai corrigindo, naquele seu tom sincero, por vezes áspero, toda uma série de erros que se espalharam a respeito da língua tupi.

Primeiro, a idéia de que os jesuítas "criaram" a língua tupi, para isolar o índio e melhor dominá-lo. Segundo, a de que vioentaram a índole da língua, para enquadrá-la na gramática latina. Terceiro, a de que tupi, guarani, brasileiro, nheengatu é tudo uma coisa só. Quarta, a de que em nossos cursos universitários não há lugar para um estudo especial do tupi, mas sim das línguas indígenas em geral.

Aqui Edelweiss mostra à nossa Linguística brasileira, enfatuada e de segunda mão, que, se para o linguista o latim tem o mesmo interesse que o hotentote, para o filólogo o latim tem muito maior importância pe'a sua função histórica. Assim também o tupi teve um papel histórico que não coube, p. ex, às línguas do grupo Jê. Haja vista a penetração maciça de termos tupis no português do Brasil. Edelweiss prova como só o tupi tem um sentido especial para a cultura nacional, e que seu estudo universitário deve ser enquadrado na seção de letras, ao lado do grego e do latim, naturalmente em escala mais reduzida". (54)

Desnecessário, por certo, dizer algo mais do que já foi expresso neste depoimento emanado de um dos maiores cultores da tupinologia nacional.

Entendemos no entanto, ser importante realçar o valor do "Aviso Preliminar" assinado pelo próprio autor. Neste, mais uma vez, reafirma a sua inabalável determi-

nação em insistir na defesa de sua tese anteriormente exposta, e insuficientemente conhecida, a propósito da distinção entre as línguas tupi e guarani explanada no seu livro publicado em 1947.

Por sua vez, ao pretender estudar "Guasu e Úsu" na diacronia das línguas e dialetos "Tupis-Guaranis", Frederico Edelweiss confessa o seu empenho em analisar o modo como se fazia o aumentativo e o superlativo no idioma nativo. (55)

E evidenciando, mais uma vez, jamais considerar completas as suas abordagens, diz, no seu aviso preliminar: "O trabalho que se segue, circunscrito a um setor estreito, apresenta pesquisas e análises complementares a capítulos do nosso Estudos Tupis e Tupi-Guaranis, e lucida algumas dúvidas comuns e retifica certas idéias errôneas de curso ainda franco a respeito de questões da linguística tupi-guarani e dos seus reflexos, no campo da linguística".

Iniciando considerações sobre o Guâsu e Úsu no tupi e no guarani antigos, Edelweiss declara a identidade deste aumentativo nas duas línguas, realçando embora que as divergências, sob o ponto de vista mórfico, se traduzem sob a forma de manifestação diversa nas regras que presidem o seu uso nos dois idiomas.

Enumerando vários exemplos referentes ao uso das formas, aduz o fato de que guâsu é usado com verbos e nomes terminados em vogal tônica, enquanto os paroxítonos e os oxítonos, contendo consoantes finais de composição, afora a observância das regras eufônicas, utilizam usú.

Demonstrando perfeito conhecimento dos idiomas tupi e guarani, o autor percorre toda literatura colonial, na qual ocorre o registro das formas em análise, criticando, com muita propriedade, a grafia usada por cada um dos autores, a exemplo de Hans Staden, Marcgrave e Thevet. (56)

Camarajipe e Lagoa do Abaité são dois termos analisados por Frederico Edelweiss, demonstração do seu constante interesse em investigar topônimos de origem tupi, a fim de retificar conceitos errôneos sobre os mesmos, além de emitir sua opinião de especialista na matéria. (57)

"Camarajipe" (e não Camorojipe ou Camurujipe), ele próprio o afirma, designa o rio que desagua no largo da Mariqueta — Rio Vermelho.

O nome, segundo o autor, aparece na bibliografia brasileira numa carta quadrimestral jesuítica, datada do ano de 1557. No documento, em apreço, ocorre claramente a menção ao rio, que corre no local, sob a forma de Camarajipe. Discorrendo sobre o assunto, Edelweiss propõe que se oficialize o nome correto Camarajipe, em lugar de usar-se, indevidamente, Camorojipe, e Camurujipe, por não se aplicarem, adequadamente, à localidade. (58)

Já de referência ao nome Lagoa Abaité, substituto verdadeiro da equívoca denominação Lagoa do Abaeté, o autor explora, com igual cuidado, a literatura sobre o assunto, concluindo pela inadequação do termo Abaeté homem abalizado, de valor, verdadeiro, para traduzir um termo geográfico. Para tanto, faz incursões no campo da etnologia indígena e africana, reportando-se, inclusive, ao texto de Dorival Caymi, que contém no seu bojo a impressão de mistério e terror consentânea às lendas criadas em torno da lagoa escura.

Como em todos seus estudos, Edelweiss conclui categoricamente, declarando: "Por tudo isto, a Lagoa Abaeté é Lagoa Funesta, Lagoa Temerosa". (59)

Em 1970, é publicada a segunda parte do estudo sobre Guâsu, usú. (60) O artigo tem início com algumas considerações sobre o assunto constantes do livro de Jean de Lery, afirmando o autor: "A despeito, do longo colóquio, os aumentativos

em Lery não ultrapassam em número os contidos nos escritos de Thevet. Em compensação, são todos identificáveis, o que não acontece com os de Thevet, colhidos em áreas muito dispersas." (61)

Por outro lado, o autor em lide atribui ao depoimento de Lery um valor bem mais significativo do que o de Thevet, sobretudo pelo primeiro ter aprendido a língua indígena e, por isso mesmo, ter melhores condições de: "consignar com algum discernimento aquilo que lhe iam comunicando os intérpretes, a cuja colaboração, aliás, alude repetidas vezes." (62)

E, demonstrando a seriedade com que encarava as suas pesquisas, afirma que, para fazer alusões aos registros das formas *guâsu*, *sú* e *asú* no livro de Lery, baseou-se na edição de Gaffarel, sob a alegação de ser a mais acessível aos estudiosos, muito embora tivesse comparado este registro com a transcrição dos vocábulos tupis constantes da edição francesa de 1586. Em seguida, passa às considerações sobre o emprego das formas "Gaâsu, usú e Asú" nos Tratados de Fernão Cardim, na onomástica de Gabriel Soares de Souza, estendendo-se em notas e observações críticas sobre os dois autores. (63)

Deste mesmo ano procede o estudo sobre o Pe. Serafim Leite e a língua tupi. (64) Na opinião de F. E., autor da História da Companhia de Jesus do Brasil, por não ter sido linguísta, sequer versado na tupinologia, procurou valorizar o nhengatu, em lugar de considerá-lo um falar composto por termos oriundos do tupi antigo, do brasileiro, o português, em suma, uma miscelânea heterogênea incapaz de representar o legítimo idioma dos índios do litoral brasileiro ao tempo da descoberta.

Por outro lado, ao historiador da Companhia de Jesus, conforme ainda Ede'weiss, faltava efetivamente os mais mezinhos conhecimentos do idioma tupi, que lhe permitissem incursionar neste árduo campo de trabalho.

Também de 1970 é, o estudo: "Guâsu" "Usú" e "Asú" na história da missão dos p.p. Capuchinhos de Frei Claudio d'Abbeville. (65) A este autor, F. E. atribui considerável importância por ter fornecido notícias de excelente qualidade, recolhidas entre conterrâneos eficientes e perfeitamente integrados ao meio sobre o qual se pronunciaram. O modo como Abbeville reuniu essas informações, selecionando-as e ordenando-as criteriosamente, conferem, pois, singular valor ao seu trabalho, conforme aduz o tupinólogo baiano. Aliás, convém ressaltar que, na sua opinião, a história do frade capuchinho constitui-se, ao lado dos compêndios jesuíticos, na mais importante fonte de informação para o estudo mórfico dos aumentativos *guâsu/usú*, no tupi antigo. Ainda neste mesmo artigo de Edelweiss, é comentada a ocorrência de: "guâsu" e "usu" em "Voyage dans le nord du Brésil". (66)

Referindo-se à diminuta frequência desse aumentativo, no livro em questão. F. E. declara, peremptoriamente, que Frei Ivo d'Evreux provavelmente foi um bom missionário mas etnógrafo e linguísta de pouco saber. (67)

Finalmente, ainda no mesmo trabalho, há uma minudente análise sobre o tema, inserida na "História Natural do Brasil de Piso Marcgrave. A esta importante obra científica F. E., atribui notável valor para o estudo da língua tupi e do assunto em pauta. (68)

No ano seguinte, é publicada a quarta parte do estudo sobre o aumentativo — *guâsú* — *usú*. Ainda uma vez, tal como outros estudos criteriosos de Ede'weiss, observa-se o apuro na densa pesquisa linguística efetuada nas fontes informativas de primeira mão. (69)

O artigo tem início, pois, com observações sobre os sufixos "guâsú" e "usú" no Catecismo da Língua Brasileira, do P. Felipe Bettendorff explicando o autor que, no caso, a contribuição do livro é limitada, cingindo-se a uns poucos exemplos, todos e'es

seguindo fielmente o modelo Anchieta. Em seguida, passa F. E., a comentar o aumentativo no Vocabulário Português — Brasílico, desenvolvendo posteriormente ampla discussão sobre os aumentativos e os superlativos no Dicionário Português e Brasileiro.

Neste livro, sustenta o autor, guasú assume o sentido de difícil, aparecendo "apenas em meia dúzia de palavras compostas, minguados remanescentes do passado como que envergonhados da sua vetusta indumentária. A forma osú, alteração de usú, avassalou tudo." (70)

E mais adiante conclui categoricamente: "A substituição desta multifária intensificação por um termo único no Dpb, nada mais é do que a influência do adjetivo português muito osú, pelo qual o mestiço gradativamente despojou a língua tupi de alguns dos seus atavios mais característicos". (71)

E, demonstrando aí não se exaurir o seu desejo de transmitir informação,. F. E. ainda se ocupa em analisar: "Aumentativos enxertados no Dicionário Brasileiro — Português, publicado no tomo 18 da Revista do Museu Paulista. As formas aumentativas e superlativas no Caderno da língua", de Frei João de Arroches, "As formas Uasú e Asú no nheengatu". (72)

Igualmente, como se lhe não bastasse as incursões no tupi antigo, no brasileiro e no nheengatu, o nosso tupinólogo detem-se em considerações sobre: "as variantes de Guasú — Usú no guaraió", língua da Bolívia que, consoante informa, vem a ser: "um elo entre o tupi e o guarani". (73)

Evidenciando amplo conhecimento da língua dos nossos primeiros índios Edelweiss enriquece todo este estudo com excelentes notas de pé de página, cujo valor é tanto maior porquanto se constituem em referências da maior segurança e profundidade para os que se interessam por este setor de conhecimento dos estudos brasileiros. (74)

Impossível deixar de conferir-lhe um lugar de honra nos estudos tupinológicos dos nossos tempos, dada a segurança e profundidade com que versava os assuntos desta especialidade, de que é exemplo a análise percuciente sobre o aumentativo em tupi.

Todavia, não se esgotaria ainda o seu intento em aprofundar o apaixonante tema, que também desenvolve em 1971 e 1972 (75) (76) (77). Assim, sob o título a contento, se entregue à competência de um autor do conhecimento e valor do tupi completo e minucioso sobre "As formas Sirionós correspondentes ao aumentativo guasu — usú," (78). Trata-se, pois, de um estudo comparativo entre o tupi e guarani antigos e um dialeto atual da mesma família, tarefa que só poderia ser desempenhada, a contento, se entregue à competência de um autor do conhecimento e valor do tupinólogo baiano. Vemos assim, confirmada a afirmativa anterior de que F. E. sempre procurava esgotar todo assunto que analisava, pesquisando-o exaustivamente.

Finalmente, encerra o sexto estudo sobre o assunto, iniciando-o com observações acerca dos sufixos "Guasú e Usú da diacronia das línguas e dialetos tupi-guaranis", capítulo que fecha, com chave de ouro, o trabalho em questão. (79) Partindo de considerações acerca do aumentativo no guarani moderno, cuja evolução conhecia profundamente, declara textualmente: "Quem comparar o guarani moderno o estado da língua ao tempo de Montoya e com os diferentes esgalhamentos tupis do Quinhentos e Seiscentos, não pode deixar de notar a progressiva desenvoltura na parte que nele diz respeito ao emprêgo do guasú na formação de aumentativo e superlativo". (80)

Assim, criticando os gramáticos do guarani moderno afirma que os mesmos não valorizam o papel de guasú/usú nas antigas formas aumentativas e superlativas, malgrado a sua profusa presença e uso nos vocabulários atuais. Em contrapartida, aludem ao adjetivo, advérbios eté e suas variações: eité, te, eterei, procurando mesmo omitir outras formas, talvez para evitar suas prováveis discordâncias. Frederico Edelweiss no

entanto, contesta esta indebita substituição alegando que eté não parece caracterizar, com precisão, os aumentativos concretos nos quais antes prevalecem o sentido de grosso — volumoso. (81)

Não lhe bastando competência e seriedade para arguir em defesa desta opinião, vai mais longe ainda, analisando as formas Teneteharas correspondentes, os aumentativos em "UHU", a forma "UATZÚ". Concluindo finalmente, a árdua e profunda análise, arremata, à guisa de justificação final, jamais omitida em seus estudos o que se segue:

"Num estudo árido como este a que ora pomos o ponto final, após fixar a trajetória quadrissecular de um termo através da sua evolução em vários dialetos afins, embora falado por tribos geograficamente espalhadas numa área de milhões de quilômetros quadrados, não poderíamos evitar ocasionais repetições em nossos comentários. Visamos nelas principalmente à conveniência dos leigos no assunto.

Ademais, sendo autônomo o capítulo dedicado a cada dialeto, o consulente recorrerá de preferência ao que mais o interessa no momento, muitas vezes sem tomar conhecimento dos procedentes.

Por isso julgamos favorecer tanto a comodidade do estudioso quanto à eficiência do exposto com o repisar desta ou daquela observação em vez de remeter-nos comodamente a notas afastadas. Acresce que, não raro, se apresentam facetas novas, que para boa compreensão carecem de entrosagem algo diferente.

Releve, pois, o lente o que vale ao discente." (82)

No ano de 1974, é publicada mais uma edição da Notícia do Brasil, de Gabriel Soares de Souza, contendo anotações de pena erudita de F. Edelweiss, sobre cuja tarefa assim se pronunciou o seu editor Edgard de Cerqueira Falcão ao assinar a "Nota Liminar": "Desejando escoimar de possíveis imperfeições as notas etimológicas tupis, baseadas nas melhores obras que chegaram ao alcance do meu mestre e amigo, solicitei a um provector conhecedor da língua, o Prof. Frederico Edelweiss, que fizesse cuidadosa revisão, baseada em fontes mais seguras. A princípio escusou-se esse outro mestre da tarefa que lhe pedi, alegando ser necessário um grupo de especialistas nos vários ramos científicos de que trata a Notícia do Brasil, com a participação dum conhecedor abalizado do idioma tupi, para realizar aquele intento. Todavia, concordou em apontar, numa série de notas, o que lhe parecia em flagrante desacordo com o mais fidedigno vocabulário da língua brasílica, ou seja, o dicionário dos jesuítas, elaborado no início da catequese e publicado em 1938 pelo Prof. Plínio Airoso, ao qual, aliás, Pirajá da Silva faz diversas referências. (83)

Acompanhamos, de perto, a tarefa de que se incumbiu o competente tupinólogo, àquela altura com a saúde bastante abalada pela pertinaz moléstia que pouco a pouco, minava a sua já precária saúde. Efetivamente, grande e árdua era a empreitada para quem só sabia entregar-se fundamente à tarefa de pesquisar os recônditos da língua nativa. Meticuloso e perfeccionista, certamente, desejou Edelweiss repartir tamanha responsabilidade com outro especialista, interessado como ele em empreender, gratuitamente, tal empreendimento.

Demonstrando, mais uma vez, a vastidão do seu conhecimento F. E. não apenas incursiona no campo do tupi, arremetendo-se à tarefa de fazer observações de caráter histórico, de cujos conhecimentos já tivemos oportunidade de comentar no trabalho "Frederico Edelweiss, o historiador". (84)

As aludidas anotações constante do volume VII da coleção BRASILIENSIA DOCUMENTA, constituem-se, pois, na derradeira tarefa tupinológica editada em vida daquele Mestre.

Data de 1979, estabelecendo-se em publicações póstumas, os trabalhos: Anchieta

O primeiro deles, analisa detidamente a atividade linguística do Apóstolo do Brasil, iniciado nos estudos na capitania de São Vicente, onde existiam excelentes conhecedores da língua brasílica, dentre os quais Edelweiss destaca Pero Correia e Antonio Rodrigues.

O trabalho em apreço analisa, pois, em profundidade, toda a trajetória de Anchieta no estudo do idioma nativo. Avaliando a facilidade de aprendizagem daquele jesuíta, Edelweiss atribui, não apenas ao fato de ser Anchieta dotado de "predigiosa memória, de grande propensão para o estudo de línguas e já prático de três", mas, igualmente, à sua condição de filho de biscainho e, como tal, conhecedor do basco "onde os sufixos assumem preponderância idêntica. (87)

Isto posto, justifica esta conjectura, alegando: "O que nos autoriza a fazer tais suposições é a sua Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil", onde, a despeito de quarenta anos de retoques feitos pelos padres mais versados na língua brasílica, a metade dos seus ensinamentos ainda continua dedicada às leis fonéticas, ao valor, significado e emprego dos sufixos ou partículas proposta". (88)

Defensor consciente do papel de relevo que cabe ao Pe. Anchieta no campo dos estudos tupis, Edelweiss examina minuciosamente a sua atuação como mestre, gramático e poeta, concluindo: "E a gente fica a matutar na ingratidão do destino para com o grande e abnegado amigo do nosso índio, permitindo, que, mesmo nas tentativas de sua glorificação, ainda enxovalhem os louros de primeiro linguísta letrado do Brasil, de grande pedagogo e missionário, que ninguém lhe poderá arrancar". (89)

O segundo trabalho constituiu-se na primeira parte de um projeto mais amplo de trabalho, infelizmente não cumprido, face ao falecimento do autor. Sobre as razões que nos impeliram a efetuar a divulgação desse estudo, tivemos oportunidade de nos expressar na apresentação do mesmo. (90) Quanto ao que, sobre o texto, mencionou o próprio autor, permitimo-nos transcrever, na íntegra, o que se segue: "Neste setor linguístico ainda conservo inédito um estudo começado para ser apresentado nas comemorações do sesquicentenário do nascimento de D. Pedro II, e que, por afastar-se finalmente do panegírico próprio a tais solenidades, resolvi publicar em momentos mais oportuno". (91)

Já aqui o combativo autor, combatido pela atroz moléstia que o levaria ao túmulo, como que faz concessões à maneira usual nos meios culturais do País em ocasiões com tais, onde só cabem as manifestações laudatórias de tipolouvaminheiro. Este último estudo, contudo, posto que projetado para momento no qual coubesse a crítica rigorosa, mas justa, analisa criteriosamente o indianismo de José de Alencar no seu mais famoso livro — Iracema.

Reportando-se ao valor literário da obra, o autor invoca o testemunho de grandes figuras da cultura nacional, dentre os quais, cumpre destacar: Machado de Assis e Franklin Távora.

Por outro lado, tentando justificar o desconhecimento de Alencar em relação ao tupi declara: "Compreendem-se essas falhas nos reparos da época: os estudos etnológicos comparativos estarem na infância e, da língua tupi que os índios falavam e que os jesuítas registraram, faltavam os compêndios, que a fúria nativista de Pombal praticamente fizera desaparecer". (92)

Pena é que não houvesse tempo para aquele estudioso da língua brasílica dedicar-se à análise completa dos romances indianistas de Alencar, conforme era seu desejo, expresso na declaração: "O Guarani, com o seu título infeliz, a despeito de ocupar cronologicamente o primeiro da série, representa período posterior.

Pelo tema, Ubirajara, publicado em 1875, coloca-se em época anterior à Iracema, que veio à luz com precedência de dez anos, porque neste já entra uma personagem branca, ainda que a sua presença nada altere na trama dos acontecimentos."

Considerando, porém, o valor intrínseco e a projeção incomparavelmente maior que teve Iracema em nossa Literatura, é por esta obra que iniciarei o meu estudo sobre o indianismo de José de Alencar." (93)

Eis, confirmado, o que asseveramos anteriormente. Da parte de F. E. havia o propósito de examinar os três romances indianistas do escritor cearense.

Aliás, a leitura e conhecimento deste trabalho teve repercussão local, suscitando a publicação, em jornal baiano, do artigo intitulado "Alencar não sabia tupi". (94)

Sem que demos por inteiramente concluída esta resenha, sublinhamos o nosso maior empenho em, oportunidade, retomarmos o tema relatando, então, outras produções linguísticas assinadas por Frederico Edelweiss, muitas das quais se encontram manuscritas ou datilografadas, à espera da indispensável publicação.

Acreditamos que, se assim procedermos estamos nos incumbindo de divulgar o trabalho honesto e eficiente de um dos mais importantes estudiosos da língua tupi e, com tal, prestando inestimável serviço à cultura brasileira.

NOTAS

1 — Barreto Abeillard. **Bibliografia sul-riograndense**: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973-1976. v.2, p. 1345-9.

2 — Edelweiss, Frederico G. Tupi. **A Tarde**, Salvador, 14 jan. 1928.

3 — Ed. "Charuto", um enigma etimológico. **R. Bahia**, Salvador, 2 (9): 35-46, set. 1936.

4 — *Ibid.*, p. 35

5 — Id. **Tupis e Guaranis**: estudos de etnonímia e linguística. Salvador, Museu do Estado da Bahia, 1947. 220 p. (Publ. 7).

8 — Baldus, Herbert. **Bibliografia crítica da etnologia brasileira** Hannover, Muns-Câmara Cascudo. **R. Inst. Geogr. Hist. Bahia**, Salvador, (74): 237-45, 1947.

7 — Sena, Consuelo Pondé de. Tupis Guaranis. **A Tarde**, Salvador, 24 jan. 1981.

8 — Baldus, Herbert. **Bibliografia crítica da etnologia brasileira** Hannover, Muns-termann, 1968. p. 255.

9 — Carta do Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues em 30.12.1952

Prezado Prof. Edelweiss:

Há muito que lhe devo esta carta, que aproveito a escrever neste princípio de férias. Acúmulo de trabalho, acrescido de frequentes viagens de pesquisa folclórica, não me permitiu um vagar para ler com atenção seu belo livro "Tupis e Guaranis", desde que o recebi em maio último.

Agora, porém, pus-me em dia com o mesmo e é a respeito dele que lhe escrevo.

Primeiramente, devo cumprimentá-lo pela realização dessa obra, que tem o mérito de por em ordem uma quantidade de questões referentes às línguas Tupi e Guarani, que vinham sendo tratadas com superficialidade, imprecisão e confusão. A primeira parte, em que o Sr. determina a distribuição, no espaço e no tempo, dos nomes **Tupi** e **Guarani** é de fato de grande importância; parabéns pela árdua pesquisa bibliográfica! A segunda parte, em que é estudada a diferença entre o Tupi e o Guarani, apresenta particular interesse especialmente para mim, pois, como o Sr. sabe, este assunto prendeu a minha atenção já há vários anos: meu primeiro artigo sobre línguas indígenas, publicado em 1940, intitula-se *Diferenças fonéticas entre o Tupi e o Guarani*", que lhe enviei no começo deste ano e de que já publicara uma parte em 1944 na *Rev. Filológica do Rio*: "Um aspecto da evolução fonética na família tupi-guarani (Rev. Filol. n. 29). Pelo meu artigo de 1945, já deve ter verificado o Sr. que temos várias opiniões idênticas, mas que também divergimos em algumas questões.

10 — Edelweiss. Algumas observações... op. cit., acima, nota 6 p. 237.

11 — Id. A pretensa invariabilidade dos gentílicos. **Arq. Univ. Bahia Fac. Fil.**, Salvador, 1: 110-20, 1952.

12 — Ibid., p. 115

13 — Loc. cit.

14 — Loc. cit.

15 — Loc. cit.

16 — Loc. cit.

17 — Loc. cit.

18 — Sampaio, Theodoro. **O tupi na geografia nacional**. 4 ed. Salvador. Câmara Municipal, 1955. 304 p.

19 — Edelweiss. Considerações em torno da 2.^a conjugação tupi. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 2., Salvador, jul. 3-8, 1957.

Anais... Bahia, Artes Gráficas, 1957. p. 149 — 66.

20 — Ibid., p. 149

21 — Id. **O caráter da segunda conjugação tupi**. Salvador, Universidade da Bahia, Livraria Progresso, 1958. (publ. 5)

22 — Trecho do discurso pronunciado por Frederico Edelweiss, no dia 13 de junho de 1976, ao ensejo da homenagem que lhe foi prestada pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBa, da qual foi professor fundador.

23 — Edelweiss. **O caráter**... op. cit., acima, nota 21, p. 7-9

24 — Ibid., p. 8-9

25 — Câmara Jr., J. Mattoso. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**. 2 ed. Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, 1965. p. 83-97.

26 — Edelweiss. O caráter... op. cit., acima nota 21. p. 8

27 — Loc. cit.

28 — Edelweiss. Das categorias de palavras e do seu contato. IN:

..... **O caráter**... op. cit. p. 13-8

29 — Id. O caráter... op. cit., acima, nota 21, p. 13

30 — Ibid., p. 19

31 — Ibid., 4. 25

32 — Id. "Quirimurê" — atribuições de um topônimo. **Arq. Univ. Bahia Fac. Fil.**, Salvador, 7: 45-50, 1963.

33 — Id. O termo "nheengatu". **Arq. Univ. Bahia Fac. Fil.**, Salvador, 7: 51-6, 1963.

34 — Id. "Quirimurê"... op. cit., acima, nota 32, p. 45

35 — Ibid., p. 46

- 36 — Ibid., p. 47
 37 — Ibid., p. 47
 38 — Ibid., p. 49
 39 — Ibid., p. 49
 40 — Ibid., p. 50
 41 — Ibid., p. 50
 42 — Lü. O termo... op. cit., nota 33, p. 51-6
 43 — Ibid., p. 52
 44 — Ibid., p. 52
 45 — Ibid., p. 53
 46 — Id. Os topônimos indígenas do Rio de Janeiro quinhentista. **R. Inst. Hist. Geogr. Bras.**, Rio de Janeiro, 275: 80-134, abr./jun. 1967.
 47 — **Estudos tupis e tupi-guaranis**, Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense, 1969. 304 p.
 48 — Id. Guasú e usú na diacronia das línguas e dialetos tupi-guarani, 1. **R. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, (7): 33-46, 1969.
 49 — Id. **Camarajipe e Lagoa Abaité**. Salvador, Centro de Estudos Bahianos, 1969. 20p. (publ. 53)
 50 — Id. Estudos... op. cit., acima, nota 47, p. 8
 51 — Ibid., p. 9
 52 — Loc. cit.
 53 — Ibid., p. 10
 54 — Opinião do Pe. A. Lemos Barbosa, autor da orelha do livro Estudos tupis e tupi-guaranis, segundo informações do autor.
 55 — Edelweiss. Guasú... op. cit., acima, nota 48
 56 — Ibid., p. 38-45
 57 — Id. Camarajipe... op. cit., acima, nota 49
 58 — Ibid.
 59 — Ibid., p. 12
 60 — Id. Guasú e usú na diacronia das línguas e dialetos tupi-guaranis, 2. **R. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, (8): 51-64, 1960.
 61 — Ibid. p. 51
 62 — Loc. cit.
 63 — Ibid., p. 57-64
 64 — Id. O Pe. Serafim Leite e a língua tupi. **Universitas**, Salvador, (6/7): 295-307, 1970.
 65 — Id. Guasú e usú na diacronia das línguas e dialetos tupi-guaranis, 3. **R. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, (9): 65-80, 1970.
 66 — Ibid., p. 75-7
 67 — Ibid., p. 75
 68 — Ibid., p. 77-80
 69 — Id. Guasú e usú na diacronia das línguas e dialetos tupi-guaranis, 4. **R. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, (10): 29-62, 1971.
 70 — Ibid., p. 36-44
 71 — Ibid., p. 36
 72 — Ibid., p. 47
 73 — Ibid. p. 52
 74 — Ibid., p. 29-62
 75 — Loc. cit.
 76 — Id. Guasú e usú na diacronia das línguas e dialetos tupi-guaranis, 5. **R. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, (11): 77-89, 1972.
 77 — Id. Guasú e usú na diacronia das línguas e dialetos tupi-guaranis, 6. **R. Inst. Est. Bras.**, (12): 59-78, 1972.
 78 — Id. Guasú e usú... 5, op. cit. acima, nota 76.
 79 — Id. Guasú e usú... 6, op. cit., nota 77
 80 — Ibid., p. 59
 81 — Ibid., p. 59-60
 82 — Ibid., p. 78
 83 — Sousa, Gabriel Soares de. **Notícias do Brasil**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1974. 489 p. (Brasiliensia documenta, 7)

- 84 — Sena, Consuelo Ponde de. Frederico Edelweiss, o historiador, **R. Inst. Georg. Hist. Bahia**, Salvador, (87): 263-276, 1978.
- 85 — Edelweiss. Anchieta — linguista. **universitas**. Salvador. (24): 5-18, jan./mar. 1979.
- 86 — Id. José de Alencar: o tupinista segundo as notas do romance de "Iracema". Salvador, Centro de Estudos Bahianos, UFBA, 1979, 39 p. (publ. 87).
- 87 — Id. Anchieta... op. cit., acima, nota 85, p. 6
- 88 — Loc. cit.
- 89 — Ibid., p. 17
- 90 — Id. José de Alencar... op. cit. acima, nota 86
- 91 — Trecho do discurso pronunciado por Frederico Edelweiss, no dia 13/06/1976, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e em parte reproduzido na apresentação do trabalho "José de Alencar; O tupinista..."
- 92 — Edelweiss. José de Alencar... op. cit. acima, nota 86, p. 11-2.
- 93 — Ibid., p. 9
- 94 — Gomes, João Carlos Teixeira. Alencar não sabia tupi. **Jornal da Bahia**, Salvador, 5 out. 1980.